



O golpe de 64 e o jornalismo assertivo da revista Época

Caio Macedo Rodrigues Aniceto¹

Marta Regina Maia²

Resumo

O presente trabalho busca identificar na reportagem especial “1964: o ano que não terminou”, publicado em maio de 2014 pela revista Época, elementos de assertividade informativa e tentativas de ordenação de sentido para os acontecimentos descritos pela revista. A partir de estudos sobre os espaços da recordação, dos postulados sobre tempo e narrativa de Paul Ricoeur (1994) e dos estudos sobre acontecimento e construção da narrativa jornalística, optou-se por trabalhar com a metodologia de análise de conteúdo, identificando os acontecimentos descritos pela revista a partir de seus argumentos centrais, fontes e personagens. A partir do objeto propôs-se uma discussão acerca da narrativa jornalística em sua incessante busca por conclusão e sentido, em oposição à natureza infinita e controvertível do acontecimento.

Palavras-chave: *Acontecimento; Jornalismo; Memória; Narrativas; Ditadura.*

“De fato os fantasmas não dormem. Seu alimento preferido são os nossos sonhos”.

Heiner Müller

Introdução

Em março de 2014 vivenciou-se a efeméride dos 50 anos do golpe civil-militar que submeteu o Brasil a duas décadas de domínio pelas Forças Armadas. Mesmo após meio

¹ Graduando em Jornalismo pela Universidade Federal de Ouro Preto e Bolsista de Iniciação Científica PIBIC/CNPq. E-mail: cmraniceto@gmail.com

² Professora Adjunta IV do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFOP (PPGCOM-UFOP). E-mail: marta@martamaia.pro.br

século do início e término deste período autoritário da história nacional, investigam-se ainda as ações provocadas pela ação do Estado militar – em sua natureza, repressor e antidemocrático. Com a instauração, em maio de 2012, da Comissão Nacional da Verdade (CNV) durante o governo de Dilma Rousseff, possibilitou-se a emergência de novas narrativas da ditadura, entrecruzadas nas memórias de vítimas e agentes, aliadas à revisitação de acontecimentos que, em sua grande maioria inconclusivos, formaram memórias e narrativas incompletas.

A Lei da Anistia, promulgada em 28 de agosto de 1979 pelo então presidente João Batista Figueiredo, que tinha como premissa oferecer “perdão” a quaisquer indivíduos que, lutassem a favor ou contra o Estado ilegal, revelou-se ineficaz para o encaminhamento dos crimes cometidos no período, e até hoje impede que os agentes do Estado responsáveis pelas atrocidades cometidas durante o regime respondam judicialmente por suas ações.

Para Gagnebin (2010), a anistia configura-se como pretensão de manipular a memória pública, em uma “tentativa pseudojurídica de apagar os fatos”. (RICOUER, 1995 apud GAGNEBIN, p. 181). Se a memória pública ou coletiva é a conjunção de fato e experiência, há de se perguntar a importância da narrativa jornalística na construção, contextualização e recuperação da mesma, em seu entrecruzamento de tempo, conflito e informação.

Considerando que por diversas vezes as narrativas jornalísticas, quando relacionadas especificamente à ditadura militar, têm seu germen na experiência, na memória coletiva e na ação política (MAIA, LELO, 2014), procurou-se estabelecer um contraponto histórico entre o fato documental e o descrito pelo objeto em questão a fim de demonstrar as potencialidades e implicações tecidas pelos agentes da narrativa.

A metodologia para o estudo das narrativas jornalísticas, especificamente, ainda está em processo de formulação pelas escolas de Comunicação do Brasil. Buscou-se, desta forma, abordar o tema através de diversos campos de estudo na tentativa de explicar o fenômeno por uma ótica de interdisciplinaridade. Optou-se por trabalhar com a metodologia de análise de conteúdo, identificando os acontecimentos descritos pela revista a partir de seus argumentos centrais, fontes e personagens, estabelecendo um contraponto entre eles e eventos factuais que os contradigam ou demonstrem que os acontecimentos não estão de fato encerrados ou terminantemente concluídos. Procurou-se também analisar o tema pelo viés da historiografia e da mnemônica na tentativa de contribuir para o desenvolvimento de uma metodologia para a análise narrativa dos produtos jornalísticos,

sugerindo diversas formas de abordagem científica a um tema que não se restringe simplesmente ao campo da Comunicação.

Espectros da recordação: o passado que não passa

Vladimir Safatle (2010) afirma que, como nos tem demonstrado a recente história, os mortos não se calam a despeito das tentativas de silenciá-los. Tal concepção pode ser também aplicada à respeito das vítimas da ditadura militar brasileira, instaurada em 1 de abril de 1964 e que perdurou oficialmente até 15 de março de 1985. De fato, “aqueles cujos nomes o poder procurou anular sempre voltam com a força irredutível dos espectros” (p. 252). Semelhante conceito apresenta Aleida Assmann (2011) ao interpretar os versos que servem de epígrafe a este artigo: os fantasmas da recordação constantemente ressurgem do passado para assombrar os vivos. A memória permanece inerte na forma de esquecimento até que algo a resgate ou reconstrua - quando essas reminiscências têm caráter coercivo, prestam-se a elas a imagem dos fantasmas.

É necessário esclarecer que utilizou-se aqui o conceito de memória como potência (ibidem): a recordação, intrinsecamente vinculada ao esquecimento, está sempre sujeita a modificações inconscientes, principalmente devido à temporalidade. Desta forma, abandonou-se a ideia de memória como objeto que pode ser armazenado imune a alterações, em favor de adotá-la como força regida por leis próprias. Assmann diferencia duas formas de memória, a “artificial” (*ars*), oriunda da mnemotécnica, e a “natural” (*vis*) - é sobre a concepção dada à última que a análise aqui proposta foi erigida.

Enquanto a mnemotécnica e os procedimentos técnicos de armazenamento estão preocupados em garantir que o conteúdo da memória armazenada seja idêntico ao conteúdo que será resgatado depois, no caso da memória natural há uma desvinculação desses dois atos. **Experiência e recordação nunca se deixam harmonizar em conformidade plena.** Entre ambas há um hiato em que o conteúdo da memória será deslocado, esquecido, obstruído, repotencializado ou reconstruído. (ASSMANN, 2011, p. 191, grifo nosso).

Pode-se afirmar que os fantasmas da memória, frutos de um passado impacificado que retorna inesperadamente e que assombra o presente dos vivos, vêm se tornando cada vez mais tangíveis no contexto histórico brasileiro. Com a instauração da Comissão Nacional da Verdade (CNV) vislumbrou-se finalmente a possibilidade da reconstituição dos acontecimentos da ditadura militar, e primordialmente de punição aos seus agentes. Até que os constantes fragmentos do passado se aliem, os espectros da lembrança - os desaparecidos, os torturados e todos que direta ou indiretamente foram atingidos pelos

crimes da ditadura - jamais descansarão. “Esse passado que insiste em perdurar de maneira não reconciliada no presente, que se mantém como dor e tormento, esse passado não passa” (GAGNEBIN, 2010, p. 185). No entanto, após 48 anos de dor e silêncio, eles talvez tenham a chance obter justiça.

Ao discutir as conceituações entre memória individual e coletiva, Michael Pollak (1989) descreve o tema em Halbwachs, que prefere trocar a visão negativa de uma memória nacional opressora e simbolicamente violenta à sua perspectiva contrária, em que a memória comum facilitaria a coesão social através do que o autor chama de “comunidade afetiva”. Pollak, partindo de uma ótica construtivista, problematiza de forma mais ampla esta questão, reconhecendo a necessidade de compreender as narrativas conflitantes oriundas das memórias oculta e oficial. Sobre a visão construtivista da memória, o autor escreve:

Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à “Memória oficial”, no caso a memória nacional. [...] Ao contrário de Maurice Halbwachs, ela acentua o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional. Por outro lado, essas memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados. **A memória entra em disputa.** (POLLAK, 1989, p. 4, grifo nosso).

Cada vez mais, as investigações oficiais demonstram que não houve um fim para o ‘acontecimento ditadura’ como o (des)conhecemos, pois ainda há inúmeras lacunas a serem preenchidas, e outras ainda a serem encontradas. De fato, para cada nova descoberta acerca da ditadura militar brasileira, surgem muitas respostas e o dobro de perguntas. Neste turbilhão de fatos e informações constantemente trazidos à tona pela história, esbarra-se na natureza ordenadora do jornalismo, que busca sempre a resposta única, com a qual possa fechar um ciclo de sentido com começo, meio e fim. A memória, sem dúvida, permanece em disputa; mas que papel exerce a notícia na configuração deste conflito?

O acontecimento e as narrativas inacabadas

Paul Ricoeur (1994) propõe que tempo e intriga são os elementos centrais na constituição de toda narrativa. Se o ato de narrar permite distender o tempo, recuperar o passado e projetar o futuro (CARVALHO, 2012), é necessário pensar no modo de narrar do jornalismo, já que a ele são atribuídos o poder de atualização permanente, ressignificação constante e universalização dos fatos.

Ao considerarmos o jornalismo como uma forma de narrativa atrelada à atualidade, e que esta pode ser contextualizada sincrônica e diacronicamente (BORRAT, 2006 apud CARVALHO, 2012, p. 178), devemos levar em conta que a sua maneira de lidar e estruturar o acontecimento se diferem da proporcionada pela narratologia tradicional. É natural que a narrativa jornalística procure estabelecer sentido ao acontecimento através de estratégias de contextualização, hierarquização e enquadramento dos fatos. Neste processo, o jornalismo acaba por simplificar ou até mesmo reduzir temas complexos para que eles se adequem ao modelo conclusivo de suas narrativas.

Vaz e França (2009) afirmam que é próprio do jornalismo buscar organizar e atribuir significado ao acontecimento que é, no entanto, paradoxal em sua essência. Isso se torna mais claro quando o acontecimento em si é vazio de sentido, forçando o jornalismo a criar significações e designações particulares para tal. O acontecimento ditadura, que engloba em si um universo de eventos, apresenta particular complexidade, pois, como sugerido no início deste artigo, nunca foi solucionado.

Isso se deve ao fato de que o acontecimento em sua concepção mais abrangente nunca tem um fim – seu ciclo de sentido não se encerra a não ser temporariamente, até que um novo acontecimento o permita emergir da espiral do silêncio. O acontecimento é uma fonte inesgotável de potenciais notícias, já que está vinculado a um vasto conjunto de relações sociais e exige operações interpretativas diversas. (LEAL, ANTUNES e VAZ, 2010 apud LEAL, ANTUNES, 2011).

Nessa busca por ordenação e encerramento, as narrativas jornalísticas veiculadas pela mídia tradicional acabam por assumir caráter assertivo e declaratório - as narrativas inacabadas da história são interrompidas abruptamente, e dadas por encerradas. Graças a uma confluência de atores políticos, a palavra da fonte-sujeito torna-se lei, e, por conseguinte, transforma-se em juiz o veículo noticioso.

Golpe e ditadura: as respostas da Época

Escolheu-se como objeto de estudo um recorte do especial “1964: o ano que não terminou”, de 22 páginas, publicado pela revista Época na efeméride dos 50 anos do golpe militar no Brasil. Utilizou-se como base a metodologia de Análise do Conteúdo como sugerida por Bruno Souza Leal e Elton Antunes (2011), valendo-se de seu modo híbrido (quantitativo e qualitativo) para melhor compreender o acontecimento.

Foi selecionada primeiramente a maior parte do especial, chamada “13 questões sobre a ditadura militar no Brasil”³. Em uma tabela, as treze perguntas propostas pela revista foram decompostas de modo a melhor compreender seus argumentos centrais e identificar suas fontes (categorizados em declaradores primários e secundários) e personagens que compõem a intriga. Finalmente, dividiram-se as respostas em “semifechadas” e “fechadas”, sendo semifechadas as que apresentam uma ideia, mas não utilizam elementos textuais que as tornem assertivas, e fechadas as que o fazem. Inferiu-se que das treze perguntas, quatro apresentam respostas semifechadas e nove apresentam respostas fechadas.

Das treze questões, foram analisadas três respostas fechadas e uma semifechada para discutir a assertividade jornalística. As questões selecionadas foram:

Tabela 1 – Questões analisadas

Questão	Argumento Central	Declaradores Primários	Declaradores Secundários	Personagens da Intriga	Resposta
Os golpistas chegaram com um plano para instalar uma ditadura?	O trecho reconta a trajetória do general Olímpio Mourão Filho no dia 31 de março de 1964 até o dia que culminou no golpe militar e na deposição de Jango. A revista afirma que o golpe foi desfechado sem plano de governo.	Jorge Ferreira (historiador).	Ausente(s) ou não citado(s).	Olímpio Mourão Filho (general), João Goulart, Castelo Branco (ex-presidente).	Fechada
A luta armada começou com o AI-5?	A revista cita o atentado à bomba de 1962 no Aeroporto dos Guararapes, no Recife, pelas mãos	Denise Rollemberg (historiadora).	Ausente(s) ou não citado(s).	Movimento Revolucionário Tiradentes (guerrilha), Gomes Fernandes	Fechada

³ O especial segue o modelo de *trivia* usado por revistas e tabloides britânicos. Este formato consiste em explorar determinado tema pelo intermédio de perguntas e respostas, de modo a facilitar e dinamizar a leitura. Como demonstramos no decorrer deste artigo, tal configuração contribui para a simplificação, redutivismo e assertividade dos produtos jornalísticos.

	do Movimento Revolucionário Tiradentes, para demonstrar que “grupos de esquerda defendiam a luta armada antes mesmo do golpe de 1964”. (p. 72) Segundo a revista, “esse foi um dos mitos criados por certa história oficial, ao afirmar que as esquerdas revolucionárias tomaram parte da ‘resistência democrática’ à ditadura”.			(almirante, configurado como <i>MILITAR E VÍTIMA</i>).	
Jango, JK e Lacerda foram assassinados pela ditadura?	A reportagem explora com superficialidade as mortes de João Goulart, JK e Carlos Lacerda. A revista chega a citar que as investigações sobre estes casos ainda estão em progresso. A revista declara que “até hoje, não surgiu nenhuma prova de que a ditadura tenha se preocupado em eliminar adversários já batidos” e que tais afirmações são	Ausente(s) ou não citado(s).	Ausente(s) ou não citado(s).	João Goulart, Juscelino Kubitschek (ex-presidente), Carlos Lacerda, Comissão da Verdade, Mario Neira (uruguaio que teria feito parte da Operação Condor), Maria Thereza Goulart (viúva de Jango).	Fechada

	apenas “teorias da conspiração” e que o acidente que resultou na morte de JK “foi mesmo um acidente”.				
Qual foi o envolvimento dos americanos com o golpe, a ditadura e a repressão?	A revista explora a ligação entre o governo estadunidense e o brasileiro durante o regime militar, com ênfase nos casos de desaparecimento e tortura em que estão envolvidos funcionários norte-americanos.	Carlos Fico.	Fernando Henrique Cardoso (ex-presidente), Lincoln Gordon (embaixador), Comissão da Verdade de São Paulo.	Lincoln Gordon, Castelo Branco, Costa e Silva (ex-presidentes), Charles Chandler (capitão americano), Peter Ellena (governo americano), Claris Halliwell (consulado americano), Clarence Boonstra (cônsul-geral)	Semifechada

Fonte: Elaboração própria

A *Época* apresenta também sua versão particularizada do acontecimento na busca de encerrar seu ciclo de sentido. Reside aí uma contradição: enquanto o título da reportagem anuncia um passado recente em processo de desvendamento, seu conteúdo apresenta fatos irresolutos como verdades absolutas.

Há de se questionar, a priori, o conteúdo das treze questões propostas pela reportagem na parte mais crucial de seu desenvolvimento. A escolha dos temas pertinentes às treze perguntas, em detrimento de outros ausentes no especial, denotam também o caráter agenciador do jornalismo, em que a figura do jornalista-autor decide o que é ou não relevante para o público, hierarquizando e enquadrando as informações de modo a oferecer ao leitor respostas às questões que o último nem ao menos chegou a fazer.

Evidencia-se desta forma o poder de agendamento do jornalismo, e também seu papel como participante da ação política. Segundo Borrat (1989), o jornal pode atuar em

conflitos através da ação, seja por iniciativa própria ou de outrem. Assim, o veículo jornalístico se inseriria em uma vasta rede de conflitos, tanto bilaterais como multilaterais, causando choque entre o que o autor identifica como um elenco muito amplo e variado de antagonistas. Dessa maneira, Borrat demonstra que importância e interesse são conceitos determinantes para estruturar a narrativa jornalística, mas “sua percepção de intensidade de conflitos não se ajusta a um critério inequívoco”. (ibidem, p. 23).

Na segunda questão proposta pela *Época*, a revista responde “não” para “os golpistas chegaram com um plano para instalar uma ditadura?”, e completa afirmando que “o golpe foi desfechado improvisadamente” (p. 68). A questão é ilustrada pela fotografia de um tanque de guerra estacionado, com a legenda “MEIA-VOLTA”. O trecho conta o episódio do golpe do ponto de vista do general Olímpio Mourão Filho, que, de acordo com a revista, não estaria entre os conspiradores de maior patente. Segundo a *Época*, “uma vez no poder, os militares não tinham um plano de governo”. Não são citados declaradores secundários no excerto e a única fonte utilizada é um declarador primário, o historiador Jorge Ferreira (autor do livro *1964*), na forma de uma única frase: “ninguém adivinhou o que viria depois”. A afirmação da revista, no entanto, choca-se contra outras versões históricas do mesmo acontecimento.

O mesmo ocorre na resposta sugerida à décima pergunta, “a luta armada começou com o AI-5?”. Segundo a *Época*, “não. Esse foi um dos mitos criados por certa história oficial, ao afirmar que as esquerdas revolucionárias tomaram parte da ‘resistência democrática’ à ditadura”. (p. 72). Mais adiante, a *Época* cita o atentado à bomba no Aeroporto dos Guararapes, no Recife (ocorrido em 1962) para demonstrar que grupos de esquerda defendiam a luta armada antes do golpe ser deflagrado. Neste ponto, a revista utiliza de um acontecimento particular (o atentado), provocado por um único grupo (o Movimento Revolucionário Tiradentes) para construir uma versão particular da verdade, onde se toma a parte pelo todo. De fato, nenhum outro grupo de esquerda é citado, ou qualquer outro acontecimento que os envolvesse em lutas armadas.

A fonte primária citada neste excerto, a historiadora Denise Rollemberg, afirma que “os grupos revolucionários não tinham a intenção de resgatar a ordem institucional derrubada pelo golpe, mas de fazer a revolução”. Para Safatle (2010), “o que unia todos os que entraram na luta armada não era um projeto comum, mas uma recusa comum”. (p. 249). Segundo o autor, o objetivo da chamada “esquerda revolucionária” era resgatar e

transformar os processos do parlamentarismo, recuperando o sentido concreto da democracia sem valer-se dos métodos totalitaristas de países da órbita soviética. (ibidem).

A última questão que apresenta resposta fechada é a décima segunda: “Jango, JK e Lacerda foram assassinados pela ditadura?”. A pergunta é ilustrada por uma fotografia do local do acidente que culminou na morte do ex-presidente Juscelino Kubitschek. A legenda traz em caixa alta a sentença definitiva: “teoria da conspiração”. A revista prossegue ainda na legenda, afirmando peremptoriamente que “foi mesmo um acidente”. (p. 74). A revista inicia sua resposta relatando que exames para verificar se João Goulart faleceu em decorrência de envenenamento estão sendo conduzidos pela Polícia Federal a pedido da Comissão Nacional da Verdade. Época cita que outro inquérito está sendo executado, em que estão sendo investigadas as circunstâncias do acidente que matou JK.

A revista afirma que as suspeitas foram estimuladas unicamente com base em: a) as mortes de Jango, JK e Carlos Lacerda ocorreram em um intervalo relativamente breve; b) neste mesmo período, adversários de outras ditaduras latino-americanas foram assassinados; c) o depoimento de Mario Neira, contrabandista uruguaio que afirmou ter participado da Operação Condor, e que agentes da última teriam trocado os remédios de Jango por drogas letais. Para desconstruir os três argumentos supracitados, Época afirma que nem Maria Thereza Goulart, viúva do ex-presidente, acreditou na versão do uruguaio a princípio. Afirma também que João Goulart era um “cardiopata grave, que fumava demais e tinha péssimos hábitos alimentares”, já tendo sofrido um ataque cardíaco em 1962. Sobre o acidente de JK, a revista declara que “o depoimento do motorista de ônibus envolvido na colisão não sustenta a tese de um acidente planejado”. A revista encerra concluindo que “até hoje, não surgiu nenhuma prova de que a ditadura tenha se preocupado em eliminar adversários já batidos”. Veredicto: “só teorias da conspiração”. Novamente a revista se contradiz na sua incessante busca de significado, a ponto de caracterizar os acontecimentos ainda em processo de investigação, como frutos de quimeras conspiratórias.

A única questão de resposta semifechada por nós analisada é a quarta apresentada no especial: “qual foi o envolvimento dos americanos com o golpe, a ditadura e a repressão?”. A resposta da Época para esta questão é a menos categórica dentre as treze sugeridas pela reportagem. Mesmo contando com apenas um declarador primário (o historiador Carlos Fico), o trecho contém citações de declaradores secundários e informações retiradas dos relatórios da Comissão Nacional da Verdade (uma das poucas vezes em que tal procedimento é repetido na reportagem). A resposta da Época introduz

sete personagens para a tessitura da intriga, estabelecendo uma sequência narrativa ao acontecimento.

Época descreve o que foi a batizada “Operação Brother Sam”, que a revista descreve como “desnecessária”, pois o golpe já havia se concretizado sem o apoio dos Estados Unidos (p. 69). Segundo a revista, o país deu apoio político total aos golpistas, “mas o golpe foi obra de brasileiros” (a revista cita depoimento do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso). Época afirma que as primeiras medidas repressivas do governo militar desagradaram os americanos, assim como o combate feroz entre militares e guerrilheiros. Com o assassinato do capitão americano Charles Chandler (ocorrido em 1968), os Estados Unidos teriam mudado de atitude, fornecendo não apenas apoio para o maior aparelho repressor do Estado como também treinamento em “técnicas de combate à subversão”. Segundo a revista, essa conturbada relação permaneceu até 1977, quando os Estados Unidos passaram a condenar o regime militar.

Diferentemente da última questão, outras afirmações da revista não citam declaradores primários ou secundários, ou documentos oficiais da Comissão Nacional da Verdade que investigou o acontecimento em questão. É possível notar, dessa forma, que há um desequilíbrio na elaboração das respostas sugeridas pela reportagem.

Considerações Finais

A omissão de certos fatos em detrimento de outros é artifício comum e necessário no processo de construção da notícia – o que se vê aqui, no entanto, é uma unilateralidade narrativa, em que o jornalismo recicla o acontecimento e, desta forma, produz uma memória incompleta em seu cerne. O poder do jornalismo nesta síntese (ou confecção) mnemônica é amplificado pela credibilidade atribuída aos veículos tradicionais de comunicação. Segundo Nuno Manna (2014), recorremos aos meios de comunicação por aceitarmos em maior ou menor grau ser informados por narrativas que garantem ter compromisso com a informação.

A ideia do jornalismo como mero canal de reprodução contribuiu para radicá-lo como instituição crível, profissional e isenta. (ibidem). Mas o receptor da notícia, não necessariamente se dá conta de que informar implica criar, e criar não pressupõe uma realidade única e factual, mas uma coalizão de significações que, em um processo quase dialético, funde acontecimento e narrativa, memória coletiva e memória subjetiva, transformando assim ‘versão’ em ‘verdade’. Deve-se questionar e investigar a fundo de

que maneira esta abordagem comum aos meios de comunicação dificulta o real processo de reconstrução de uma memória que, com o fim do silêncio imposto aos que foram suprimidos por uma versão “oficial” dos fatos, só pode aflorar recentemente.

As narrativas jornalísticas, em especial as da chamada mídia tradicional, buscam proporcionar um sentido único a questões complexas como as apresentadas, visto que envolvem a memória coletiva, a questão da justiça e a própria reconfiguração dos acontecimentos a partir do presente. Como conclui Lage (2013), não obstante ao anseio do jornalismo de “contar sem deixar brechas”, o acontecimento jamais é finito ou terminantemente absoluto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2011.

BORRAT, Hector. “El periódico, actor de conflitos”. In BORRAT, Héctor. *El periódico, actor político*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1989.

BOSI, Ecléa. “Introdução”. In *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CARVALHO, Carlos Alberto de. “Entendendo as narrativas jornalísticas a partir da tríplice mimese proposta por Paul Ricoeur”. *MATRIZES*, São Paulo, v. 6, no 1-2, Julho/Dezembro de 2012, pp. 169-188.

ÉPOCA. Edição 826, São Paulo, 31 de março de 2014, pp. 60-82.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. “O preço de uma reconciliação extorquida”. In TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (orgs.). *O que resta da ditadura - a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

LAGE, Nilson. “Notas sobre a narrativa e acontecimento jornalístico”. In LEAL, B. S., CARVALHO, C. A. de. (orgs.). *Narrativas e poéticas midiáticas: estudos e perspectivas*. São Paulo: Intermeios, 2013.

LEAL, Bruno Souza; ANTUNES, Elton. “O acontecimento como conteúdo: limites e implicações de uma metodologia”. In LEAL, B. S., ANTUNES, E.; VAZ, P.B. *Jornalismo e Acontecimento: percursos metodológicos* (orgs.). Florianópolis: Insular, v.2, 2011.

MAIA, Marta R.; LELO, Thales V. “O potencial crítico das narrativas jornalísticas sobre o período ditatorial”. In: *Anais do 12º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo*, 2014, Santa Cruz do Sul.

MANNA, Nuno. “O que é a informação?”. In LEAL, B. S., ANTUNES, E.; VAZ, P.B. (orgs.). *Para entender o jornalismo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. In *Revista Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, 1989, pp. 3-15.

SAFATLE, Vladimir. “Do uso da violência contra o Estado ilegal”. In TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (orgs.). *O que resta da ditadura - a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

VAZ, P. B.; FRANÇA, R. “Através do Espelho: o acontecimento Isabella na revista Veja”. In *Logos*, Ano 17, Nº. 31, 2º semestre 2009, pp. 04-17.